



AMG Brasil S.A. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Circulante, Não circulante, Passivo, Circulante, Não circulante.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Fluxos de caixa das atividades operacionais, Investimentos, e Financeiras.

tais perdas, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Tabela de vida útil média com colunas Descrição, 2025, 2024. Inclui Prédios e instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Veículos.

1. Contexto operacional: A AMG Brasil S.A. ("AMG Brasil" ou "Companhia"), é parte do Grupo AMG, sediado em Amsterdã, Holanda, e foi constituída em 3 de novembro de 2009 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado por meio de uma cisão parcial do patrimônio líquido da sua parte relacionada LSM Brasil S.A., entidade essa que também pertencia ao Grupo AMG. Posteriormente, em 30 de setembro de 2020, a AMG Brasil S.A. incorporou a LSM Brasil S.A. às suas operações. Sua denominação social inicial era CIF Mineração S.A. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2013, foi aprovada a alteração daquela denominação social para AMG Mineração S.A., e em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2020, foi aprovada a alteração daquela denominação social para AMG Brasil S.A. A AMG Brasil tem por objeto o desempenho das atividades de: (i) extração de minérios metálicos, de pesquisa, lavra e exploração de jazidas minerais, em seu próprio nome ou em nome de terceiros; (ii) indústria, comércio, importação e exportação de minérios, produtos químicos e metalúrgicos; e em especial a produção de ferroligas e de ligas de alumínio; (iii) operação de centrais geradoras e/ou cogeneradoras de energia elétrica, produção e comercialização, no mercado livre, de energia elétrica gerada pela Companhia incluindo vapor, energia mecânica e/ou outros produtos da co-geração; (iv) o agenciamento de importação e exportação, além da prestação de serviços administrativos, bem como a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. A Companhia tem sede na cidade de Nazareno, no Estado de Minas Gerais, na Rodovia LMG 841, km 19, Bairro Volta Grande. A AMG Brasil é controladora integral da AMG Mineração de Lito S.A., entidade atualmente mantida em estado dormente, sem operação, e com ativos e passivos no montante de R\$10. Por esta razão, esta entidade é considerada material e não há apresentação de saldos individuais e consolidados, conforme requerido pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. A AMG Brasil é sócia ostensiva, com 55%, na SCP Tântalo, entidade com operação iniciada em 1º de janeiro de 2023, em parceria com a JX Nippon Mining & Metals Brasil S.A., ("JX Nippon") na forma de Sociedade em Conta de Participação, para operar na produção e venda de concentrado de tântalo derivado da Mina de Volta Grande, de propriedade da Companhia. Os resultados da Companhia são fortemente influenciados pela demanda nos mercados dos Estados Unidos, Europa e China, especialmente quanto ao seu principal produto em relação a faturamento e lucratividade, o espodumínio (concentrado de lítio). A volatilidade no preço de venda deste material pode afetar significativamente suas demonstrações financeiras. 2. Base de preparação e principais políticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras tiveram sua emissão autorizada pela Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2025. Bases de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais reconhecidos ao valor justo (instrumentos financeiros derivativos). Principais políticas contábeis: Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas a seguir. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais. A moeda funcional da Companhia é o Dólar Norte Americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Conversão para moeda de apresentação: A Administração determinou que a moeda funcional da AMG Brasil S.A. é o Dólar Norte Americano, pois entende que esta é a sua principal unidade monetária, visto que suas principais receitas e custos vinculados à sua atividade, bem como opções de financiamento, são denominados nesta moeda. A conversão dos saldos da moeda funcional (Dólar Norte Americano) para a moeda de apresentação (Real) segue o seguinte critério: • Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do respectivo balanço; • O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido durante o período corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas; • As receitas e despesas para cada demonstração do resultado são convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações. Quando não é possível utilizar a taxa efetiva da data da transação, a conversão é feita considerando-se a taxa média do mês em que a transação ocorreu, e • As variações cambiais resultantes dos itens acima são reconhecidas na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido. b. Sociedade em Conta de

Participação: Atualmente a Companhia é sócia ostensiva de uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP"). SCPs são uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um "sócio ostensivo". É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os sócios participantes (todos os outros integrantes que não o sócio ostensivo) não têm participação na gestão dos negócios, apenas nos resultados gerados, sem obrigação sucessora perante o sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica. As operações da SCP Tântalo são registradas em contas específicas no balanço patrimonial ("Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Estoques", "Tributos a recuperar", "Fornecedores", "Salários, provisões e contribuições sociais", "Impostos, taxas e contribuições fiscais a recolher", "Imposto de renda e contribuição social", "Provisão para riscos", "Imposto de renda e contribuição social diferidos" e "Obrigações com sócio participante em SCP") e na demonstração do resultado da Companhia ("Receita operacional líquida", "Custos das vendas", "Gerais e administrativas", "Imposto de renda e contribuição social corrente" e "Imposto de renda e contribuição social diferido"), na qualidade de sócio ostensivo. As parcelas referentes ao sócio participante de 45% são registradas na proporção de sua participação na SCP. c. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 4 - Ajuste de reconhecimento de receita (estimativa do teor, unidade e outras premissas nas vendas de tântalo e espodumínio) e perdas esperadas e a receber (estimativa de perda esperada baseada no histórico e expectativas de perdas futuras). • Nota explicativa nº 5 - Provisões para obsolescência (avaliação da expectativa de giro do estoque de aluminofinado baseado no julgamento técnico dos responsáveis e idade dos estoques) e provisão para perda no valor líquido de realização dos estoques - custo ou mercado (avaliação da expectativa de perda baseada nos saldos de teor e preço de realização dos estoques na data das demonstrações financeiras) e valor líquido de realização dos estoques; • Nota explicativa nº 6 - Provisões para perda na venda de créditos fiscais por deságio a ser aplicado quando esta transação ocorrer e quanto a realização dos créditos de modo geral; • Nota explicativa nº 8 e 9 - Cálculo de impairment (estimativa de impairment requer uso de projeções cujas premissas incluem julgamento e dependem de estimativas de preços futuros de mercado, projeção de volume de vendas e custos, estimativas de utilização de reservas minerais e sua utilização, investimentos nos ativos fixos, dentre outros estimativas) e custo de remoção de estéril (vida útil da mina e relação estéril-minério médio); • Nota explicativa nº 12 - Provisão para riscos (determinação do prognóstico de perda e valores de processos em andamento); • Nota explicativa nº 13 - Provisão para reabilitação ambiental (determinação da taxa de desconto, taxa de inflação e fluxos de caixa estimados para os custos de reabilitação ambiental); • Nota explicativa nº 14 - Imposto de renda e contribuição social (expectativa de realização de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, cujas premissas incluem julgamento e dependem de estimativas de prazos e lucratividade, dentre outras estimativas); e • Nota explicativa nº 17 - Opções de outorgas reconhecidas as quais compreendem programa de opção de compra de ações que apresenta premissas que incluem julgamento e dependem de estimativas de prazos e performance das ações do Grupo AMG. d. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse

instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em mercado ativo para o ativo ou passivo identificado nem baseado numa técnica de avaliação para o qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis numa hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A mensuração do valor justo é aplicado na valorização dos instrumentos financeiros derivativos. e. Reconhecimento de receita: A receita é mensurada com base na contraprestação específica no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. De acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita deve ser reconhecida quando a Companhia cumprir a obrigação de desempenho estabelecida no contrato com o cliente. A obrigação de desempenho é cumprida quando ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, ou seja, no momento da entrega dos produtos. Portanto, a Companhia deve reconhecer a receita em um momento específico do tempo que é quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente ou quando as mercadorias são coletadas pelo cliente, à depender da condição contratual acordada entre as partes. Esta avaliação é realizada de forma individualizada para cada cliente ao final do exercício. A política comercial geral da Companhia não prevê variação de preço da transação mediante a cessação de desconto ou redução de preço por volume de produtos vendidos. Adicionalmente, nos contratos firmados com seus clientes não há impacto relativo à contraprestação variável. De acordo com o CPC 47 os pagamentos de contraprestação aos clientes devem ser reconhecidos como redutor de receita. Nos contratos com seus clientes não há requerimentos de que a Companhia deva efetuar pagamentos, tais como: (i) bonificação ou crédito em conta por atingimento de campanhas de vendas com quantidade escalonada; (ii) ressarcimento relativo ao custo de logística reversa em devolução de estoque; (iii) ressarcimento a cliente por redução no preço praticado; e, por fim, (iv) desconto à título de provisão para perdas. f. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável trimestral e quaisquer ajustes aos impostos a pagar ou receber aos trimestres anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação aos prejuízos fiscais, base negativa e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Itens de ativo fixo são testados em relação a perdas por redução ao valor recuperável, quando da existência de indicadores de



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja detalhes nesta nota para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja o item (V) desta nota explicativa para detalhes sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de hedge.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gere entradas de caixa pelo seu uso conjunto, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ativo de combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados, o valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. n. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor presente dos fluxos de caixa de desembolso futuro para provisão para reabilitação ambiental, no período em que elas ocorrerem. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores significativos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como: taxa de juros, inflação, vida útil dos ativos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. A Sociedade utilizou no ano de 2025 a taxa de desconto considerando a NTN-B de longo prazo adicionados do IPCA projetado para o mesmo período para ajustar a valor presente, e a provisão para desmobilização de ativos. o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da sua administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulares é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. p. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; • Ganhos/perdas decorrentes de ajustes a valor presente; • Reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. q. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados: O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) Acordos de pagamento baseado em ações: A Companhia, por meio de sua controladora, AMG Advanced Metallurgical Group N.V. ("AMG N.V."), concedeu a determinados administradores, membros da diretoria, gerentes e empregados eleitos como participantes do programa de remuneração por meio de pagamentos baseados em ações ("Programa"). Os referidos participantes do Programa prestam serviços à Companhia e em troca recebem remuneração correspondente à valorização sobre instrumentos patrimoniais da Controladora, conforme limites e condições estabelecidas pelo Programa. Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação. O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O valor da reserva é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. (iii) Planos de contribuição definida: A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência privada junto a Itaú Vida e Previdência S.A., com a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios aos seus administradores e empregados. O plano de benefícios é da modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão cujo benefício a serem gerados no futuro são originários do fundo acumulado, formado pelas contribuições líquidas efetuadas ao longo. A Companhia responde por 100% do valor da contribuição mensal normal relativo a cada participante, e este por uma contribuição de 1% a 8% de seu salário mensal. De acordo com o contrato de previdência privada, os valores devidos pela Companhia referem-se somente ao custeio do plano, não sendo a mesma responsável por qualquer aporte a ser feito, no que tange à cobertura de eventuais déficits durante a fase de pagamento de benefícios. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contribuições efetuadas ao plano de previdência privada oferecida pela Companhia totalizaram R\$3.428 (R\$ 3.003 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), e foram registradas nas rubricas "Custos dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado, ou capitalizados, conforme a natureza do trabalho desempenhado por cada funcionário. r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras: IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontínuas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMS) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à

natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7); 3. Caixa e equivalentes de caixa: Referem-se substancialmente a depósitos bancários, com a seguinte composição entre reais e outras moedas:

Table with 4 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, Saldo em 01/01/2025, Adições, Baixas, Récincias, Saldo em 31/12/2025. Rows include Caixa, Bancos conta movimento no Brasil, Bancos conta movimento no exterior, Aplicações financeiras (a), Circulante, Mercado interno, Mercado externo, Partes relacionadas (Nota 18), Provisão para perda esperada no contas a receber, Não Circulante, Mercado interno, Provisão para perda esperada no contas a receber, Vencimento do saldo a receber, A vencer, 1 a 30 dias, 31 a 60 dias, Mais de 61 dias, Vencidos, Até 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, Mais de 90 dias, Menos: Provisão para perda esperada no contas a receber.

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso de forma a identificar eventual risco de inadimplência, sendo o saldo de provisão para perdas esperadas nas contas a receber composto por valores, cujas perspectivas de recebimento são consideradas remotas, tendo como base o histórico geral de recuperabilidade do contas a receber por tipo de produto e cliente (análise da perda esperada, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros). Não há recebíveis da Companhia dados em garantia à credores. Outras informações acerca deste saldo estão demonstradas na nota explicativa nº 24.

5. Estoques

Produtos para revenda 1.041 1.972
Produtos acabados 112.231 66.605
Produto em processo 9.131 15.024
Materiais-primas 42.167 29.655
Materiais auxiliares 59.645 42.091
Ajuste acumulados de conversão 6.197 17.475
230.412 172.822
(1.272) (808)
(639) (16.630)
(2.111) (17.438)
228.300 155.384

Provisão para obsolescência
Provisão para valor realizável líquido

A movimentação da provisão para valor realizável líquido e para obsolescência são demonstradas a seguir:

Saldo em 1 de janeiro de 2024 (5.504)
Adições (17.472)
Reversões 5.538
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (17.438)
Adições (2.317)
Reversões 17.644
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (2.111)

As adições de provisão para valor realizável líquido ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 se referem a, principalmente, redução do preço de venda do espodumênio ocorrida naquele período, combinada a um custo de produção mais elevado durante o exercício, causado pelo processo de construção do projeto SP1+ (vide nota explicativa nº 8) que levou a um menor volume de produção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia ainda teve seu volume de produção e custo unitário do espodumênio afetado pelo projeto SP1+, agora em fase de ramp-up. Entretanto, a melhora no preço de venda deste produto a partir do 2º semestre resultou em um menor impacto de provisão para valor realizável líquido do estoque.

6. Tributos a recuperar

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|----------------------|------------|------------|
| Circu-antecirculante | 18.321 | 22.408 |
| Não antecirculante | 11.091 | 23.412 |
| Total | 29.412 | 45.820 |
| IRPJ (b) | 247 | 2.728 |
| CSLL (b) | 521 | 521 |
| ICMS (c) | 34.092 | 35.713 |
| Total | 50.660 | 41.442 |

A Companhia mantém créditos fiscais no ativo não circulante cuja realização se dará em período superior a 12 meses, incluindo aqueles cuja destinação será a venda a terceiros, liquidos da provisão para perdas correspondente ao deságio esperado para quando esta transação ocorrer. (a) Em 9 de agosto de 2019, a AMG Brasil ingressou com ação judicial para discutir a não incidência de PIS e COFINS sobre suas próprias bases de cálculo nas operações de vendas da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a AMG Brasil obteve êxito favorável, com trânsito em julgado, em que foi reconhecido o seu direito de excluir as referidas contribuições das suas próprias bases, de forma que a base de cálculo seja o valor do produto líquido de impostos. A ação concedeu o direito de a Companhia adotar o procedimento a partir de maio de 2024 a recuperar os valores pagos a maior dos 5 anos anteriores ao ingresso da ação judicial. Como resultado, foi feito, no mesmo exercício, o reconhecimento de créditos do PIS e da COFINS indevidamente incorridos como débitos, dos exercícios de 2014 a 2024, acrescidos de juros, no valor de R\$13.623. Deste montante, R\$11.057 refere-se ao principal da ação e foi registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (vide nota explicativa nº 22), e R\$2.566 refere-se a juros, tendo sido registrado na rubrica "Receitas financeiras" (vide nota explicativa nº 23). Ainda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a AMG Brasil utilizou tais créditos na compensação do próprio PIS e COFINS e outros débitos tributários federais. (b) Em 26 de abril de 2023, o STJ julgou o Tema Replacat nº 1.182 com o objetivo de analisar a viabilidade de aplicação da orientação da exclusão do incentivo de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL aos demais benefícios de ICMS diversos do crédito presumido, tais como redução de base de cálculo, isenção, redução de alíquota, diferimento, entre outros. Na oportunidade, o STJ decidiu que é possível a exclusão destes outros benefícios de ICMS, desde que observadas as regras relativas ao regime das subvenções para investimento, previstas no art. 30 da Lei nº 12.973/2014 (constituição de reserva de incentivo fiscal), com observância de suas respectivas limitações) e art. 10 da Lei Complementar nº 160/2017. Com base em tal decisão, a Companhia optou por, observadas as regras previstas no art. 30 da Lei nº 12.973/2014 e art. 10 da Lei Complementar nº 160/2017, constituir, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, crédito de IRPJ e CSLL referente ao exercício anterior, considerando a exclusão de sua base de cálculo o ICMS diferido sobre a venda de ligas de alumínio para determinados clientes que possuíam tal benefício, no valor de R\$3.077. Deste montante, R\$2.713 refere-se ao principal da ação e foi registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social corrente" (vide nota explicativa nº 14), e R\$364 refere-se a juros, tendo sido registrado na rubrica "Receitas financeiras" (vide nota explicativa nº 23). O reconhecimento dos mesmos créditos referentes as vendas de ligas de alumínio de para determinados clientes que possuíam tal benefício durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020, 2021 e 2022 irá depender de resultado favorável com trânsito em julgado de ação atualmente em curso. (c) Do montante total de créditos de ICMS no longo prazo, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem R\$366 (R\$385 em 31 de dezembro de 2024), líquidos de provisão para deságio, já aprovados para venda.

7. Depósitos judiciais

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------|------------|------------|
| Fiscais | 8.975 | 8.260 |
| Trabalhistas | 114 | 189 |
| Outros | - | - |
| Total | 9.089 | 8.449 |

Os principais depósitos judiciais correspondem aos de natureza fiscal, conforme sumarizados a seguir. • A Companhia foi intimada pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral para a cobrança da CFEM - Compensação Financeira para Exploração de Recursos Minerais do período de 1º de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 2000, em virtude da lavra e exploração da substância cassiterita. Objetivando suspender a exigibilidade do tributo, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$1.538. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado é de R\$4.024 (R\$3.817 em 31 de dezembro de 2024). Cabe ressaltar que foi constituída provisão para riscos fiscais para este processo na rubrica "Provisão para riscos", em montante equivalente ao depósito judicial. • Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a discutir judicialmente a legalidade da cobrança de diferencial de alíquota de ICMS dos últimos 5 anos e, a partir da publicação da Lei Complementar nº 190, de 4 de janeiro de 2022, com base no princípio da anterioridade anual. Objetivando suspender a exigibilidade do tributo, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$2.800. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado é de R\$3.535 (R\$3.558 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incurrou em R\$691 com atualização monetária de seus depósitos judiciais (R\$528 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), registrados na rubrica "Resultado financeiro" na demonstração do resultado (vide nota explicativa nº 23).

8. Imobilizado

| | Saldo em 01/01/2025 | Adições | Baixas | Récincias | Saldo em 31/12/2025 |
|--------------------------------------|---------------------|-----------|---------|-----------|---------------------|
| Custo | 10.983 | - | - | (6) | 10.977 |
| Terenos | - | - | - | (6) | 10.977 |
| Prédios e instalações | 281.964 | - | (45) | 25.431 | 307.350 |
| Máquinas e equipamentos | 529.917 | - | (567) | 59.713 | 589.063 |
| Móveis e utensílios | 4.268 | - | (30) | 379 | 4.617 |
| Veículos | 604 | - | - | 14 | 622 |
| Equipamentos de informática | 7.963 | - | (913) | 1.233 | 8.283 |
| Provisão para reabilitação ambiental | 39.231 | 2.055 | - | - | 41.286 |
| Direito de uso | 1.071 | 809 | - | - | 1.880 |
| Imobilizado em andamento | 142.400 | 85.011 | - | (86.754) | 140.657 |
| Impairment de ativos | (24.668) | - | - | - | (24.668) |
| Custo de remoção de estéril | 62.009 | 6.572 | - | - | 68.581 |
| Total do custo | 1.055.742 | 94.447 | (1.541) | - | 1.148.648 |
| Depreciação | - | - | - | - | - |
| Prédios e instalações | (71.249) | (18.579) | 23 | (26) | (89.831) |
| Máquinas e equipamentos | (173.371) | (45.793) | 70 | 364 | (218.730) |
| Móveis e utensílios | (3.113) | (182) | 27 | (259) | (3.527) |
| Veículos | (274) | (87) | 95 | (16) | (282) |
| Equipamentos de informática | (6.169) | (629) | 913 | (63) | (5.948) |
| Provisão para reabilitação ambiental | (6.369) | (1.416) | - | - | (7.785) |
| Custo de remoção de estéril | (3.494) | (2.163) | - | - | (5.657) |
| Direito de uso | (373) | (251) | - | - | (624) |
| Total da depreciação | (274.412) | (69.100) | 1.128 | - | (342.384) |
| Ajustes acumulados de conversão | 321.824 | (134.535) | - | - | 187.289 |
| Saldo líquido | 1.103.154 | (109.188) | (413) | - | 993.553 |

Custo

| | Saldo em 01/01/2024 | Adições | Baixas | Transfe-rências | Saldo em 31/12/2024 |
|--------------------------------------|---------------------|----------|--------|-----------------|---------------------|
| Terenos | 8.193 | - | (50) | 2.840 | 10.983 |
| Prédios e instalações | 203.799 | - | - | 78.165 | 281.964 |
| Máquinas e equipamentos | 333.815 | - | (158) | 196.260 | 529.917 |
| Móveis e utensílios | 3.645 | - | - | 623 | 4.268 |
| Veículos | 234 | - | - | 370 | 604 |
| Equipamentos de informática | 6.553 | - | (1) | 1.411 | 7.963 |
| Provisão para reabilitação ambiental | 30.362 | 8.869 | - | - | 39.231 |
| Direito de uso | 779 | 292 | - | - | 1.071 |
| Imobilizado em andamento | 303.289 | 120.779 | - | (279.669) | 142.400 |
| Impairment de ativos | (24.668) | - | - | - | (24.668) |
| Custo de remoção de estéril | 50.285 | 11.724 | - | - | 62.009 |
| Total do custo | 914.287 | 141.664 | (209) | - | 1.055.742 |
| Depreciação | (56.749) | (14.500) | - | - | (71.249) |
| Máquinas e equipamentos | (149.237) | (24.292) | 158 | - | (173.371) |
| Móveis e utensílios | (2.967) | (146) | - | - | (3.113) |
| Veículos | (205) | (69) | - | - | (274) |
| Equipamentos de informática | (5.509) | (661) | 1 | - | (6.169) |
| Provisão para reabilitação ambiental | (5.318) | (1.051) | - | - | (6.369) |
| Custo de remoção de estéril | (11.665) | (1.829) | - | - | (13.494) |
| Direito de uso | (186) | (187) | - | - | (373) |
| Total da depreciação | (231.836) | (42.735) | 159 | - | (274.412) |
| Ajustes acumulados de conversão | 111.211 | 210.613 | - | - | 321.824 |
| Saldo líquido | 793.662 | 309.542 | (50) | - | 1.103.154 |

Imobilizado em andamento: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu seu projeto de expansão de produção de espodumênio, denominado "SP1+", cuja operação se iniciou no 1º trimestre de 2025 e parte de seu projeto de expansão de produção de concentrado de tântalo, denominado "Ta+", cuja operação se iniciou no 4º trimestre de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía na rubrica de "Imobilizado em andamento" o restante do projeto "Ta+", que tem previsão de início de operação no 2º trimestre de 2026. Adicionalmente, nesta rubrica também estão alocados gastos de engenharia para o projeto construção de uma planta química para conversão de espodumênio em carbonato/dióxido de lítio, gastos com a expansão da pilha de estéril nº 8, além de projetos de menor relevância relacionados a manutenção das operações da Companhia. A Companhia capitalizou juros referentes a operações de crédito da Companhia e da gestão central de caixa feita pela sua controladora AMG N.V., para financiamento de parte destes projetos (vide nota explicativa nº 23). CAPITALIZAÇÃO DE GASTOS COM COMISSIONAMENTO: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia capitalizou R\$14.721 em gastos com o comissionamento de sua expansão da produção de espodumênio. Tal capitalização foi feita seguindo as diretrizes estabelecidas pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, de forma a colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração e registrada em contrapartida o crédito na rubrica "Custo dos produtos vendidos" (vide nota explicativa nº 20). Não houve comissionamento, e portanto capitalização de tais gastos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Provisão para reabilitação ambiental: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recalculou o custo de reabilitação ambiental de acordo com a nova vida útil (life-of-mine) estimada da mina, novas áreas a serem lavradas e investimentos necessários para que a mesma fosse atingida, sendo registrada uma constituição de provisão de R\$2.055 (constituição de provisão de R\$8.869 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024) nesta rubrica (vide nota explicativa nº 13). Sua depreciação se dará pelo volume de minério (pegmatito) retirado em comparação ao volume total previsto na vida útil da mina (life-of-mine). Impairment de ativos: Com base em estudos de instituições de pesquisa que demonstram a permanência de cenário de rentabilidade no longo prazo, a Administração da Companhia concluiu pela ausência de indicadores de impairment na unidade geradora de caixa (UGC) do segmento de lítio e tântalo, localizada em Nazareno. O mesmo se aplica para a unidade geradora de caixa (UGC) do segmento de alumínio e químicos, localizada em São João Del Rei, onde, na avaliação da Administração da Companhia, não foi identificado indicadores de impairment. Custo de remoção do estéril: A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos com remoção de estéril capitalizados (deferred stripping costs) passaram a ser controlados como um ativo imobilizado juntamente com outros ativos vinculados ao desenvolvimento de mina. Essa alteração decorre da adoção do ICP 18 - Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção, e estabelece critérios de contabilização e amortização diferentes aos adotados anteriormente pela Companhia. Em consonância com o ICP 18, a amortização dos referidos gastos capitalizados se dá pelo volume de pegmatito retirado em comparação a reserva da mina. Garantias: Não há ativos dados em garantia direta para empréstimos e financiamentos da Companhia.

9. Intangível

| | Saldo em 01/01/2025 | Adições | Baixas | Récincias | Saldo em 31/12/2025 |
|----------------------|---------------------|----------|---------|-----------|---------------------|
| Custo | 521 | - | - | - | 521 |
| Licenças | 23.494 | - | - | - | 23.494 |
| Pesquisa mineral | 897 | - | - | - | 897 |
| Pesquisas e estudos | 2.894 | 734 | (2.301) | - | 1.327 |
| Total do custo | 27.806 | 734 | (2.301) | - | 26.239 |
| Amortização | (15.525) | (335) | - | - | (15.860) |
| Pesquisas e estudos | (396) | (90) | - | - | (486) |
| Total da amortização | (2.718) | (56) | 2.313 | - | (461) |
| Total da amortização | (18.639) | (481) | 2.313 | - | (16.807) |
| Ajuste de conversão | 53.281 | (13.926) | - | - | 39.355 |
| Saldo líquido | 62.448 | (13.673) | 12 | - | |



For dado como garantia carta fiança junto ao banco Citibank no montante do saldo devedor. Adicionalmente, não existem cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de empréstimo. A movimentação dos empréstimos no exercício está demonstrada a seguir:

Table with columns for Saldo em 1 de janeiro de 2024, Adição por novos arrendamentos (Nota 8), Juros incorridos (Nota 23), Amortização de principal, Amortização de juros, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Adição por novos arrendamentos (Nota 8), Juros incorridos (Nota 23), Amortização de principal, Amortização de juros, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Os vencimentos dos valores registrados no não circulante está demonstrada a seguir.

12. Provisão para riscos: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza ambiental, civil, trabalhista e tributária, oriundos do curso normal dos seus negócios, e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos. A composição do saldo da provisão para contingências pode ser assim resumida:

Table with columns for 31/12/2025, 31/12/2024, Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Ambientais.

A movimentação da provisão para riscos está demonstrada a seguir:

Table with columns for Saldo em 1 de janeiro de 2024, Adições, Baixas via depósitos judiciais, Reversões, Atualizações (Nota 23), Saldo em 31 de dezembro de 2024, Adições, Baixas via depósitos judiciais, Reversões, Atualizações (Nota 23), Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Os principais processos e discussões estão sumarizados a seguir: Fiscais: A Companhia constituiu provisões relativas a questões fiscais em relação a: (i) impostos incidentes sobre a importação de serviços; (ii) de IRPJ/CSLL sobre o lucro tributável de anos anteriores e antecipações; (iii) incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas; (iv) glosas de créditos de PIS e COFINS; (v) diferimento de ICMS, CFEM; (vi) impostos incidentes sobre pagamento de bonificações; (vii) impostos retidos sobre contraprestações de empresas do Simples Nacional, e, (viii) discussões sobre obrigações acessórias, os quais parte está sendo discutido judicialmente. Trabalhistas: A Companhia constituiu provisões relativas a questões de natureza trabalhista, principalmente referentes a processos individuais, cujos objetos são horas extras, benefícios, adicionais de periculosidade e outros, os quais parte está sendo discutido judicialmente. Cíveis: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia renegociou os contratos com alguns de seus fornecedores de serviços. Em tais negociações, foi diminuída a possibilidade de pleitos retroativos que poderiam ser pedidos por esses fornecedores. Como resultado, a provisão anteriormente constituída foi revertida, no valor de R\$4.539 para principal na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (vide nota explicativa nº 22), e R\$807 para juros na rubrica "Despesas financeiras" (vide nota explicativa nº 23). Ambientais: Em 7 de outubro de 2024 a Companhia reverdeu, em 1ª instância, ação judicial onde se discute a recuperação ambiental de terreno localizado no município de Ritópolis, de propriedade de terceiros, o qual a Companhia, entre outros, efetuou exploração mineral no passado. A Companhia questiona em tal ação a sua responsabilidade sobre o fato e os valores em questão e irá recorrer em instância superior pedindo a reversão da decisão quanto a pontos que considera não terem sido levados em consideração pelo juízo. Foi provisionado valor de R\$5.837, considerado adequado pelos seus consultores jurídicos para cobrir os possíveis custos de recuperação que seriam de responsabilidade da Companhia nesta decisão. Adicionalmente, a Companhia é parte em outros processos para os quais sua Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão, pois a expectativa de perda é considerada "possível", conforme abaixo:

Table with columns for 31/12/2025, 31/12/2024, Ambientais, Trabalhistas, Fiscais, Cíveis.

Os assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação dessas contingências, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças quando necessário. 13. Provisão para reabilitação ambiental: A Companhia possui obrigações relacionadas à reabilitação ambiental das áreas mineradas no término de suas atividades. As reservas minerais do projeto têm expectativa prevista para o ano de 2041 (2041 em 31 de dezembro de 2024). Os principais custos provisionados referem-se à remoção das estruturas instaladas para realização da extração mineral e todo equipamento utilizado na prática e a reabilitação ambiental das áreas, incluindo estabilização geológica e reforçamento. Diversas premissas e estimativas são utilizadas para o cálculo da provisão, tais como o montante dos gastos, a vida útil da mina, a quantidade de minério a ser explorada, a taxa de inflação e a taxa de juros anual estimada. Essas premissas e estimativas são periodicamente referidas pela Companhia, e, no caso da taxa de desconto utilizada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, seu valor foi revisado em comparação a mesma utilizada no exercício anterior, conforme mudanças ocorridas nas taxas de juros de mercado e na estimativa de risco pela Companhia para seu negócio. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima o gasto para reabilitação da área atualmente degradada, a ser gasto ao final da exaustão de suas reservas minerais, em R\$138.062 (R\$124.737 em 31 de dezembro de 2024). Se considerada também a área a ser degradada conforme seu plano de operação, a Companhia estima o gasto para reabilitação da área atualmente degradada, a ser gasto ao final da exaustão de suas reservas minerais, em R\$230.598 (R\$160.945 em 31 de dezembro de 2024). As taxas de inflação e de desconto utilizadas no cálculo de valor presente da provisão para reabilitação ambiental durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de, respectivamente, 3% ao ano e 10,3% ao ano (3,1% ao ano e 10,1% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A movimentação da provisão para reabilitação ambiental está demonstrada a seguir:

Table with columns for Saldo em 1 de janeiro de 2024, Adições no resultado (Nota 22), Atualização monetária (Nota 23), Montante provisionado na rubrica "Imobilizado" (Nota 8), Saldo em 31 de dezembro de 2024, Circulante, Não circulante, Redução no resultado (Nota 22), Atualização monetária (Nota 23), Montante provisionado na rubrica "Imobilizado" (Nota 8), Saldo em 31 de dezembro de 2025, Circulante, Não circulante.

14. Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social foram apurados da seguinte forma:

Table with columns for 2025, 2024, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Alíquota nominal, IRPJ e CSLL nominais, Despesas indenizáveis, Juros sobre capital próprio incorridos na apuração atual (Nota 17), Ajuste de variação cambial de US\$ para moeda de apresentação R\$, Transição dos itens não monetários que não transitam pelo resultado, Participação do sócio participante na SCP (Nota 16), Incentivos fiscais ("Lei do Bem", Reintegra, leis de incentivo, etc.), Outras adições/exclusões (a).

Prejuízo fiscal de imposto de renda, Base negativa de contribuição social, Diferenças temporárias, Instrumentos de hedge (Nota 24), Tradução de não monetários para a moeda funcional.

Table with columns for 31/12/2025, 31/12/2024, Prejuízo fiscal de imposto de renda, Base negativa de contribuição social, Diferenças temporárias, Instrumentos de hedge (Nota 24), Tradução de não monetários para a moeda funcional.

31/12/2025 31/12/2024

Table with columns for Descrição, Saldo em Efeito no 01/01/2025 resultado, Ou- Valor tross, líquido, Ativo Passivo, 31 de dezembro de 2025.

Table with columns for Descrição, Saldo em Efeito no 01/01/2025 resultado, Ou- Valor tross, líquido, Ativo Passivo, 31 de dezembro de 2024.

Table with columns for Descrição, Saldo em Efeito no 01/01/2025 resultado, Ou- Valor tross, líquido, Ativo Passivo, 31 de dezembro de 2024.

Table with columns for Descrição, Saldo em Efeito no 01/01/2025 resultado, Ou- Valor tross, líquido, Ativo Passivo, 31 de dezembro de 2024.

15. Adiantamentos de clientes: Litio, Demais produtos, Circulante, Não circulante. A Companhia reconhece a receita de venda de seus produtos conforme incoterms estabelecidos em cada transação. Por isso, o momento em que tais receitas são reconhecidas é onde o cliente efetua o pagamento podem apresentar significativa diferença. Tal fato ocorre principalmente nas vendas de espodumênio (divisão Lito), que tem a receita reconhecida quando da chegada do produto no porto de destino, mas são majoritariamente pagas anteriormente a esse momento. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia firmou contrato de venda futura de 200.000 toneladas de espodumênio com o cliente Yibin Tianyi Lithium Industry Ltd., por cerca de 5 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2024. Em troca, o cliente efetuou adiantamento de US\$20.000.000,00. A Companhia, que será compensada conforme entrega do produto nos primeiros 3 anos do prazo mencionado acima. Em 31 de dezembro de 2025, o valor já compensado é de US\$7.767.000,00 (US\$6.156.000,00 em 31 de dezembro de 2024). 16. Obrigações com sócio participante em SCP: A SCP Tântalo é uma entidade formada em 22 de dezembro de 2022, entre a AMG Brasil e a JX Nippon, na forma de Sociedade em Conta de Participação, para operar na produção e venda de concentrado de tântalo derivado da Mina de Volta Grande, de propriedade da AMG Brasil. Esta SCP passou a ter vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, tendo a AMG Brasil a participação de 55% e a JX Nippon a participação de 45%. Desta forma, a AMG Brasil é a sócia ostensiva da SCP Tântalo, com poder de decisão sobre a operação, e a JX Nippon é a sócia participante, não tendo qualquer controle sobre a operação. Como parte deste acordo, a JX Nippon capitalizou a SCP Tântalo com R\$3.418 em máquinas e equipamentos e US\$14.000.000,00 (equivalente a R\$70.000) com caixa, enquanto a AMG Brasil contribuiu com a garantia de suprimento de pré-concentrado para a operação da SCP Tântalo além da sua expertise na produção de concentrado de tântalo. Tal aporte da JX Nippon gerou um ganho não realizado na AMG Brasil de R\$40.380 registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. A SCP Tântalo não possui data de encerramento. Adicionalmente, seu lucro líquido, quando ocorrer, será dividido entre os sócios conforme sua participação acima mencionada, em adição ao participante também ter direito, nos primeiros 10 anos de operação, a um montante preferencial. Na inexistência de lucro líquido, a SCP Tântalo não terá obrigação de fazer qualquer pagamento a seus sócios. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a participação do sócio participante no resultado da SCP Tântalo foi de R\$10.966 (R\$14.332 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Este valor está registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado (vide nota explicativa nº 22). 17. Patrimônio líquido: Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$3.200 através de incorporação de lucros acumulados constantes na rubrica de "Reserva de retenção de lucros". Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da AMG Brasil S.A. era de R\$376.025, representado por 542.840.966 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (R\$372.825, representado pelo mesmo número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024), distribuídas da seguinte forma:

Table with columns for Quantidade de ações, Participação, AMG Holding S.A., 542.840.966, 100%.

Garantias: Indiretamente, as ações da Companhia estão colocadas como garantia do credit facility do Grupo AMG, através de sua controladora, AMG Holding S.A.. Opções de outorgas reconhecidas: A Companhia possui um programa de opção de compra de ações para o qual foi constituída reserva para as opções de ações outorgadas no montante devedor de R\$3.407 em 31 de dezembro de 2025 (devedor de R\$4.252 em 31 de dezembro de 2024). Tal reserva se deu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pela adição para o programa no montante de R\$1.553 (R\$1.352 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024) e pagamento baseado em ações no montante de R\$708 (R\$786 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A Companhia utiliza simulação pelo método "Monte Carlo" para desenvolver uma avaliação dos prêmios para o programa de opção de compra de ações que leve em conta a volatilidade do ações. Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, os prêmios de 2021 foram convertidos em ações líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Reserva legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, limitada a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Reserva de incentivos fiscais: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referentes a decisão da 2ª Turma do Tribunal Federal da 4ª Região (TRF4) da Apelação Civil nº 5029307 92.2020.4.04.7200, de 4 de fevereiro de 2025, que estabeleceu precedente ao afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre o benefício fiscal do regime de drawback, equiparando-o às subvenções de ICMS, aplicando por analogia o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ") no Tema Repetitivo nº 1182. Simultaneamente, a Companhia impetrou ação judicial para obtenção de tais créditos fiscais, o que ocorrerá no futuro em caso sucesso em tal ação. Adicionalmente, a Companhia mantém nesta rubrica valores referentes ao diferimento de ICMS na venda de ligas de alumínio a clientes que possuem tal incentivo fiscal incorridos até 31 de dezembro de 2023, conforme regras relativas ao regime das subvenções para investimento, previstas no art. 30 da Lei nº 12.973/2014 (constituição de reserva de incentivo fiscal, com observância de suas respectivas limitações) e art. 10 da Lei Complementar nº 160/2017. Tal reserva só pode ser utilizada para argumentar o capital social da Companhia ou absorção de prejuízos. Reserva de retenção de lucros: Quando da ocorrência de lucro líquido no exercício, é constituída com a parcela remanescente deste, após as destinações previstas no estatuto social da Companhia para aplicação em investimentos destinados à expansão dos negócios. Dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 10% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, calculado nos termos da legislação em vigor. Com a publicação da Lei nº 15.270/2025, em 5 de dezembro de 2025 a Companhia, conforme previsto em seu estatuto social, optou por distribuir como dividendos parte significativa de sua reserva de retenção de lucros, incluindo o lucro líquido apurado até 31 de outubro de 2025. Como resultado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou R\$9.826 em juros sobre capital próprio e R\$400.000 em dividendos, totalizando R\$409.826 (R\$339.600 em juros sobre capital próprio e R\$10.842 em dividendos, totalizando R\$540.442 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O montante efetivamente distribuído, descontado do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os juros sobre capital próprio, e valores a pagar deliberados em exercícios anteriores, foi de R\$417.620 (R\$52.977 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Ajuste de avaliação patrimonial: Instrumentos financeiros derivativos: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia contratou, mensalmente, contratos futuros para proteger seu risco de preço de alumínio primário, todos com vencimento aproximado de 60 dias, que é o período estimado entre a compra desta matéria prima, produção das ligas de alumínio, e sua venda. Tais contratos são designados como hedges de fluxo de caixa (vide nota explicativa nº 24). Ganho não realizado na constituição de SCP: O acordo entre a Companhia e a JX Nippon para criação da SCP Tântalo gerou um ganho não realizado na Companhia de R\$40.380 registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido (vide nota explicativa nº 16). Ajuste acumulado de conversão: Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que determina que o efeito da conversão dos itens expressos na moeda funcional da entidade para sua moeda de apresentação, quando diferentes, seja reconhecido no seu patrimônio líquido. A Companhia registrou na rubrica "Ajustes acumulados de conversão" o montante referente ao efeito dessa conversão na data base das demonstrações financeiras. A variação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi devedora em R\$38.098 (credora em R\$236.863 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). 18. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos e operações com partes relacionadas podem ser sumarizados como segue:

Table with columns for 2025, 2024, Despesas comerciais, Despesa com serviços, Despesa com pessoal, Despesas corporativas (Nota 18), Contribuição federal de exploração mineral, Contribuições e doações à comunidade, Depreciação e amortização, Seguros, Outros.

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Baixa líquida de imobilizado (Nota 8), Impostos federais e estaduais (a), (Provisão) reversão de custos de recuperação ambiental (Nota 13), Despesas com geologia, Obrigações com sócio participante em SCP (Nota 16), Outras receitas (despesas) (b).

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou nessa rubrica o ganho no montante de R\$11.057 referente a parcela do principal da ação judicial transitada em julgamento com sucesso em 2024 sobre a inconstitucionalidade da não incidência de PIS e COFINS sobre suas próprias bases de cálculo nas operações de vendas da AMG Brasil. (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou nessa rubrica provisão de R\$5.837 para cobrir os possíveis custos de recuperação ambiental que seriam de responsabilidade da Companhia em um terreno de propriedade de terceiros na cidade de Ritópolis, o qual a Companhia está envolvida em ação judicial. Já durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou nessa rubrica reversão de provisão de R\$4.539 referente a renegociação de contratos com alguns de seus fornecedores de serviços, as quais foi diminuída a possibilidade de pleitos retroativos que poderiam ser pedidos por esses fornecedores. 23. Resultado financeiro

Contas a receber (Nota 4), Fornecedores (Nota 10), 2025, 2024

Table with columns for Contas a receber (Nota 4), Fornecedores (Nota 10), 2025, 2024, AMG Advanced Metallurgical Group NV, AMG Aluminum China, AMG Aluminum Mexico, AMG Chrome, AMG Liva, AMG Aluminum NA, AMG Aluminum UK, AMG Lithium Portugal, AMG Titanium Alloys & Coatings, Metallurg Inc.

Table with columns for Descrição, Ativo, Mútuos, Passivo, 31/12/2025, 31/12/2024, AMG Lithium BV.

Table with columns for Descrição, Ativo, Mútuos, Passivo, 31/12/2025, 31/12/2024, AMG Advanced Metallurgical Group NV, AMG ALD, AMG Aluminum China, AMG Chrome, AMG Liva, AMG Aluminum Mexico, AMG Aluminum NA, AMG Aluminum UK, AMG Lithium GMBH, AMG Titanium Alloys & Coatings, AMG Vanadium, Metallurg Inc.

Table with columns for 2025, 2024, Receitas (despesas) compartilhadas (Nota 21), Encargos financeiros (Nota 23), AMG Lithium BV, Metallurg Inc.

Operações de compra e venda de mercadorias e serviços: No decorrer de suas operações, a Companhia realizou transações de compra e venda de matérias-primas e produtos acabados, respectivamente, entre as suas partes relacionadas. As condições comerciais e financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Companhia e as partes relacionadas. Despesas compartilhadas: Refere-se ao compartilhamento global das despesas corporativas do Grupo AMG. Tais despesas são determinadas conforme horas trabalhadas em prol da Companhia e outros critérios de rateio, e foram registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" (vide nota explicativa nº 21). Empréstimos de mútuo: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tomou junto a sua controladora indireta, AMG B.V., o montante de US\$88.500.000,00 de empréstimos de mútuo (US\$23.500.000,00 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Tais empréstimos foram utilizados para suprir suas necessidades de caixa da Companhia no que se refere a expansão da sua produção de espodumênio, denominado "SP1+" e capital de giro. Os encargos financeiros de tais empréstimos são de 10,59% ao ano, pagos anualmente. A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Table with columns for Saldo em 1 de janeiro de 2024, Juros incorridos (Nota 23), Variação cambial, Adições, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Juros incorridos (Nota 23), Variação cambial, Adições, Amortização de juros, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Remuneração dos administradores: A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que abrangem os seus Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada e benefícios, no montante total de R\$11.549 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.101 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Os principais executivos da Companhia também são incorporados ao plano de pagamento baseado em ações de sua controladora. 19. Receita operacional líquida: A Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita operacional líquida. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada na demonstração de resultado do exercício, é a seguinte:

Table with columns for 2025, 2024, Receita bruta de vendas, Terceiros, Fôlpatato, Fêlspato, Lítio, Alumínio, Químicos, Energia, Outros.

Table with columns for 2025, 2024, Partes relacionadas (Nota 18), Lítio, Alumínio, Químicos.

Table with columns for 2025, 2024, Deduções da receita bruta, Imposto incidente sobre vendas, Devoluções.

Receita líquida: Durante o 1º semestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os preços de venda do espodumênio seguiram a tendência de queda apresentada em exercícios anteriores. A partir do 2º semestre, os preços se estabilizaram e posteriormente, apresentaram leve recuperação. Adicionalmente, o volume de venda do espodumênio no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi inferior ao do exercício anterior devido ao ramp up do projeto "SP1+" (vide nota explicativa nº 8) e disponibilidade e qualidade de minério (pegmatito). 20. Custo dos produtos vendidos

Table with columns for 2025, 2024, Custos com serviços, Materiais, Custos com pessoal, Depreciação e amortização, Custos com manutenção, Energia, Seguros, Outros.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia capitalizou R\$14.721 em gastos com o comissionamento de sua expansão da produção de espodumênio. Tal crédito foi feito em cada uma das linhas da tabela acima, conforme a natureza do gasto.

Table with columns for 2025, 2024, Despesas comerciais, Despesa com serviços, Despesa com pessoal, Despesas corporativas (Nota 18), Contribuição federal de exploração mineral, Contribuições e doações à comunidade, Depreciação e amortização, Seguros, Outros.

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Baixa líquida de imobilizado (Nota 8), Impostos federais e estaduais (a), (Provisão) reversão de custos de recuperação ambiental (Nota 13), Despesas com geologia, Obrigações com sócio participante em SCP (Nota 16), Outras receitas (despesas) (b).

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou nessa rubrica o ganho no montante de R\$11.057 referente a parcela do principal da ação judicial transitada em julgamento com sucesso em 2024 sobre a inconstitucionalidade da não incidência de PIS e COFINS sobre suas próprias bases de cálculo nas operações de vendas da AMG Brasil. (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou nessa rubrica provisão de R\$5.837 para cobrir os possíveis custos de recuperação ambiental que seriam de responsabilidade da Companhia em um terreno de propriedade de terceiros na cidade de Ritópolis, o qual a Companhia está envolvida em ação judicial. Já durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou nessa rubrica reversão de provisão de R\$4.539 referente a renegociação de contratos com alguns de seus fornecedores de serviços, as quais foi diminuída a possibilidade de pleitos retroativos que poderiam ser pedidos por esses fornecedores. 23. Resultado financeiro

Table with columns for 2025, 2024, Receita financeira, Juros sobre créditos fiscais (a), Juros sobre impostos antecipados, Juros de clientes / descontos de fornecedores, Juros sobre depósitos judiciais (Nota 7), Rendimentos sobre aplicações financeiras e conta movimento, Swap sobre empréstimos (Nota 24), Outros.

Despesa financeira, 2025, 2024

Table with columns for Despesa financeira, 2025, 2024, Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 11), Swap sobre empréstimos (Nota 24), Juros sobre operação de mútuo (Nota 18), Juros capitalizados (Nota 8), Atualização da prov. para reabilitação ambiental (Nota 13), Juros sobre provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (c) (Nota 12), Comissão sobre fianças, Impostos sobre operações financeiras, Tarifas bancárias, Outros.

Variações cambiais (b), Resultado financeiro

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou nessa rubrica o ganho no montante de R\$2.766 referente a parcela dos juros da ação judicial transitada em julgamento com sucesso em 2024 sobre a inconstitucionalidade da não incidência de PIS e COFINS sobre suas próprias bases de cálculo nas operações de vendas da AMG Brasil. (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$409.826 (vide nota explicativa nº 17) que geraram efeitos negativos de variação cambial na demonstração de resultado de sua moeda funcional, o Dólar Norte Americano, no montante de US\$17.985.423,87. Na elaboração das demonstrações financeiras para moeda de apresentação, Real, tal montante é apresentado da mesma forma, convertido a R\$100.356, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. (c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou nessa rubrica reversão de provisão de R\$807 referente a renegociação de contratos com alguns de seus fornecedores de serviços, as quais foi diminuída a possibilidade de pleitos retroativos que poderiam ser pedidos por esses fornecedores. 24. Instrumentos financeiros: A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, adiantamentos a fornecedores, instrumentos financeiros derivativos e depósitos judiciais. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, empréstimos de partes relacionadas, salários, provisões e encargos sociais, impostos, taxas e contribuições a recolher (incluindo imposto de renda e contribuição social), dividendos a pagar, provisão para reabilitação ambiental, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos e obrigações com sócio participante em SCP. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. A Administração da Companhia entende que o valor justo de seus instrumentos financeiros ativos e passivos se aproximam de seu respectivo valor contábil. Os riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos: Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. Risco de caixa e aplicações financeiras: Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e às contas a receber da Companhia. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, minimizando seus riscos. Risco de crédito: A Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentação de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. Administração da Companhia considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (vide nota explicativa nº 4).

Risco de liquidez: Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura analisar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descalço e gerar a necessidade de maior alavancagem. Para os próximos 12 meses, existem disponibilidades para suportar as operações. Compromissos contratuais: Os compromissos contratuais da Companhia de longo prazo correspondem substancialmente a empréstimos com terceiros e despesas de arrendamento (vide nota explicativa nº 11) e partes relacionadas (vide nota explicativa nº 18), e prestadores de serviços, principalmente relacionados a mineração, e fornecedores de matérias primas e de ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 10). Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados ou diminua as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou a operação de swap junto ao Citibank e Itaú com o objetivo de efetuar a proteção contra variação do Real frente ao Dólar Norte Americano e também da variação do IPCA no empréstimo obtido junto ao Banco BNDES. Esse contrato foi encerrado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e previa que a Companhia troque a taxa de juros do empréstimo do Banco BNDES de 3,26% ao ano mais a variação do IPCA e variação do Dólar Norte Americano, para uma conversão fixa a R\$/US\$ 5,12 e taxa fixa de juros de 5,17% ao ano. Considerando o mencionado acima, a Companhia não está exposta às flutuações nas taxas de juros em seus empréstimos. Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que afetem receitas e custos a incorrer, compras futuras firmadas de ativo fixo, e saldos de balanço, nominados em Reais. Atualmente a Companhia não possui contratos futuros para proteger seu risco cambial. Desta forma, suas receitas e custos a incorrer, e compras futuras firmadas de ativo fixo, nominados em Reais, oscilam conforme a movimentação do câmbio. Risco de preço de commodities: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nos preços de commodities com as quais ela opera, em compras e/ou em vendas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia contratou, mensalmente, contratos futuros para proteger seu risco de preço de alumínio primário, todos com vencimento aproximado de 60 dias, que é período estimado entre a compra desta matéria prima, produção das ligas de alumínio, e sua venda. Tais contratos são designados como hedges de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui operações em aberto com instrumentos derivativos como segue:

Table with columns for Valor nacional dos contratos a contratos - US\$, Valor nacional dos contratos a contratos - R\$, Descrição, 31/12/2025, 31/12/2024, 2025, 2024, Non-Deliverable Forwards, -NDF, Swap de taxas de juros e câmbio.

Table with columns for Descrição, 31/12/2025, 31/12/2024, Circulante, Não circulante.

As contrapartes destes instrumentos financeiros derivativos são instituições financeiras localizadas no Brasil. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referente ao swap, foi apurado um ganho de R\$21 (perda de R\$956 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), registrado no resultado financeiro da Companhia (vide nota explicativa nº 23). Com suas operações de hedge para proteção de preço de commodities, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou uma perda de R\$1.938 (perda de R\$1.325 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" (vide nota explicativa nº 20). A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos registrados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" foi como segue:

Table with columns for Saldo em 1 de janeiro de 2024, Perdas incorridas ao longo do exercício de operações liquidadas, Operações liquidadas com (ganho) / perda durante o exercício, Ganhos incorridos ao longo do exercício de operações em aberto, Efeito de imposto de renda e contribuição social, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Perdas incorridas ao longo do exercício de operações liquidadas, Operações liquidadas com (ganho) / perda durante o exercício, Ganhos incorridos ao longo do exercício de operações em aberto, Efeito de imposto de renda e contribuição social, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, é apresentada a seguir a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia; • Definição de um cenário provável do comportamento do risco (Cenário I); • Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. O demonstrativo de análise de sensibilidade é como segue:

Table with columns for Cenário I - Cenário deterioração provável de 25%, Cenário II - Cenário deterioração de 50%, Risco de taxa de câmbio, Saldos de balanço, Taxa do US\$ em 31/12/2025, Taxa cambial estimada conforme cenários de stress, Diferenças entre as taxas, Exposição cambial líquida em 31/12/2025, -Ativa (Passiva), Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)/ganho, Exposição cambial líquida em 31/12/2025.

Table with columns for 2025, 2024, Receita financeira, Juros sobre créditos fiscais (a), Juros sobre impostos antecipados, Juros de clientes / descontos de fornecedores, Juros sobre depósitos judiciais (Nota 7), Rendimentos sobre aplicações financeiras e conta movimento, Swap sobre empréstimos (Nota 24), Outros.

Table with columns for 2025, 2024, Receita financeira, Juros sobre créditos fiscais (a), Juros sobre impostos antecipados, Juros de clientes / descontos de fornecedores, Juros sobre depósitos judiciais (Nota 7), Rendimentos sobre aplicações financeiras e conta movimento, Swap sobre empréstimos (Nota 24), Outros.



| | Cenário I - Cenário I - Cenário II - provável de 25% deterioração de 50% | | |
|---|---|--------------|-------------------------------------|
| Risco de preço de commodities | | | |
| LME US\$/mt em 31/12/2025 | 2.996 | 2.996 | 2.996 |
| LME estimada conforme cenários de stress | 3.173 | 3.966 | 4.759 |
| Diferenças entre as taxas | 177 | 970 | 1.763 |
| Non-Deliverable Forwards - NDF (nacional contratado) em 31/12/2025 – em milhares de dólares | 3.305 | 3.305 | 3.305 |
| Efeito no Custo das vendas em R\$ - ganho / (perda) | (339) | (1.485) | (2.249) |
| Exposição cambial líquida em 31/12/2025 | (689) | (1.853) | (2.599) |
| Hierarquia de valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Vide abaixo a avaliação dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024: | | | |
| Em milhares de reais | Nota | Nível | Valor contábil |
| Ativos financeiros | | | 31/12/2025 31/12/2024 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2 | 107.193 129.342 |
| Contas a receber | 4 | 2 | 158.594 182.909 |
| Instrumentos financeiros derivativos * | 24 | 2 | - 258 |
| Depósitos judiciais | 7 | 2 | 9.089 8.449 |
| | | | 274.876 320.958 |
| Passivos financeiros | Nota | Nível | 31/12/2025 31/12/2024 |
| Fornecedores | 10 | 2 | 60.974 71.119 |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 2 | 1.393 1.578 |
| Empréstimos de partes relacionadas | 18 | 2 | 632.764 155.173 |
| Dividendos a pagar | 2 | 2 | - 9.267 |
| Provisão para reabilitação ambiental | 13 | 2 | 59.239 52.164 |
| Instrumentos financeiros derivativos * | 24 | 2 | 350 175 |
| Provisão para riscos | 12 | 2 | 54.850 50.117 |
| Obrigações com sócio participante em SCP | 16 | 2 | 52.604 52.377 |
| | | | 862.174 391.970 |

(*) Instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo com mensuração de nível 2, mediante a técnica de fluxos de caixa descontados. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, esses instrumentos financeiros foram designados como mensurados a valor justo em (VJR) porque são administrados com base nos seus valores justos e seus desempenhos são monitorados nesta base. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; • O valor justo dos contratos de preços de commodities é determinado com base nos preços futuros na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente. **25. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos para delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Suas principais apólices de seguro, para danos materiais de seus estoques e ativo fixo, e de lucros cessantes, são negociadas e acordadas para cobrir suas operações nos municípios de São João Del Rei e Nazareno. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, essas apólices possuíam limite máximo de indenização de R\$700 milhões (R\$700 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **26. Transações que não afetam caixa:** Os seguintes ajustes foram realizadas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por não afetarem caixa: • Ajustes de conversão de moeda de apresentação, no montante de R\$134.535 no ativo imobilizado (R\$210.613 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) e R\$11.278 no estoque (R\$17.653 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024); • Ajuste de variação cambial de US\$ para moeda de apresentação R\$, a crédito no montante de R\$121.784 (a crédito R\$14.713 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024); • Constituição de provisão para reabilitação ambiental capitalizada no imobilizado, no montante de R\$2.055 (R\$8.869 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024); • Compensação de créditos fiscais no pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes, no montante de R\$15.493 (R\$20.943 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024); • Compensação de adiantamento de clientes no montante de R\$40.747 referente a receitas incorridas em 2025 cujo pagamento ocorreu de forma antecipada em exercícios anteriores (R\$44.081 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **AMG Brasil S.A. Nazareno - MG.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da AMG Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMG Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 31 de Março de 2026.

KPMG Auditores Independentes
CRCSP-014428/O-6F- MG
Fabrício Cristiano Viana
Contador CRC MG-090199/O

Firm - página 4/4

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/2410-6291-EB39-240A> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2410-6291-EB39-240A



Hash do Documento

fpqa4ZR1d/t4iOKTA2j1Jq0Kw9QsbxJx+2X6RYTBH9A=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 22/04/2026 21:43
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9191636 Longitude: -43.9609524 Accuracy: 3720.3030687609844

IP: 172.16.4.15

AC: AC SAFEWEB RFB v5

